

do desenvolvimento da Amazônia, como a SUDAM e a SUFRAMA.

Sobre essas limitações é que gostaria de abordar na esperança que os senhores senadores entendam as nossas razões e emprestem o seu apoio.

Abordo esse problema neste momento porque no próximo dia 15 de março estarei participando da DUCENTÉSIMA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONDEL (Conselho Deliberativo da SUDAM). Nesta oportunidade, prefeitos e parlamentares do Acre, como eu, além de lideranças de movimentos do meu Estado estarão apresentando mais uma vez uma proposta já levada ao conhecimento do CONDEL em sua reunião anterior e que mereceu uma resposta dos técnicos do BASA.

Nesta proposta deixamos claro os objetivos que também me traz a esta tribuna:

Nós queremos criar condições para facilitar o crédito para atividades que conduzam a Amazônia a um

desenvolvimento justo e sustentável. Para isso, é preciso alterar critérios operacionais que desburocratizem o crédito e agilizem programas mais adequados às atividades extrativistas e agro-florestais, reconhecidamente fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região.

Nós lutamos e estamos fazendo as instituições pouco a pouco reconhecerem a importância da agricultura familiar. Agora precisamos fazê-las entender o papel do extrativismo, da economia florestal, do manejo sustentado e do uso múltiplo da floresta na construção de um outro desenvolvimento justo para a Amazônia.

Hoje tanto se fala em Amazônia quanto em desenvolvimento sustentável, no Brasil e no mundo. O governo FHC adotou esse vernáculo também. Mas será que o BASA, a SUFRAMA, a SUDAM e as áreas do governo afetas à nossa região vão descer do discurso para praticar esse novo paradigma de desenvolvimento?

Vamos aos fatos:

1 - A ausência de um projeto de desenvolvimento DISCUTIDO POR TODA A SOCIEDADE AMAZÔNICA para a região e também para cada estado, transformam a aplicação dos recursos do FNO numa grande batalha, que tem como único árbitro o BASA. Acontece que por consequência, o BASA também não trabalha com a referência de um projeto estratégico de desenvolvimento para a região, a partir do qual sejam eleitas as prioridades. Os programas de aplicação dos recursos foram sendo montados conforme a demanda segmentada ou a partir dos programas tradicionais de crédito.

2 - A lei de aplicação dos fundos é bastante favorável aos segmentos mais excluídos, restando para isso programas adequados. Em alguns casos isto caminha razoavelmente bem, como é o caso do PRORURAL, MAS CERTAMENTE SÃO NECESSÁRIOS PROGRAMAS ESPECÍFICOS PARA OUTROS SEGMENTOS TAMBÉM EXCLUÍDOS: como a

economia florestal, a pesca artesanal, o extrativismo, os ribeirinhos que produzem na várzea, etc. Não se pode tratar a região de forma homogênea. O BASA e o CONDEL precisam entender que existem várias amazônias.

E nós temos propostas para isso, como apresento mais abaixo.

3 - Mas o BASA tem se mostrado muito lento nas inovações necessárias e os próprios segmentos, até pelo descrédito na possibilidade de obter um programa específico para a categoria, perdem o ânimo para apresentar projetos de financiamento sabendo das dificuldades impostas pela burocracia.

4 - O BASA mesmo sendo o único responsável pela formulação destes programas, é muito pesado e só avança sob pressão. Seria fundamental que fossem criados mecanismos ágeis capazes de ABSORVER AS REFORMULAÇÕES NECESSÁRIAS QUE A PRÁTICA FOSSE INDICANDO COMO PASSÍVEIS DE READQUAÇÃO. Não é necessária tanta centralização.

5 - Já se ouve na região que o BASA é um banco predominantemente de pré-aposentados e estagiários, sem uma política clara de modernização geral de suas atividades. Isto ocorre também porque o BASA há 18 anos não tem concurso público, e jamais trabalhou com um número tão alto de projetos, em especial para a agricultura familiar que nunca foi cliente de crédito nenhum neste país. É claro que isso é fruto da grande luta dos trabalhadores rurais, especialmente através dos seus GRITOS (da Terra, da Amazônia e do Brasil I e II).

6 - Talvez ainda pelo mesmo motivo, a tramitação dos projetos dentro do banco, desde o cadastro, a autorização para elaboração de projetos, elaboração, análise e contratação, são muito lentos e em geral não conseguem dar conta a tempo dos calendários agrícolas da região. Isto é sempre um problema muito sério.

7. Na verdade, falando bem claramente, há forças expressivas dentro do BASA que não querem democratizar o acesso ao crédito de forma nenhuma.

Um exemplo é a má vontade em dividir a responsabilidade com os conselhos legitimamente constituídos na sociedade. Embora exista uma sensibilidade por parte da atual presidente, Dra. Flora Valladares Coelho, a estrutura do Banco inviabiliza qualquer iniciativa para democratizar o acesso ao crédito por parte dos pequenos produtores.

8. Nós temos procurado enfrentar esses problemas. No início de 95, já apresentávamos uma proposta, como já disse, juntamente com prefeitos do Acre, deputados estaduais, micro-empresários, movimento sindical, parlamentares federais do Acre, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento regional através da concessão menos burocratizada de crédito para as atividades extrativistas, agro-florestais e agro-industriais.

9. Mais tarde, em dezembro passado, quando da definição de diretrizes para a aplicação dos recursos do FNO para o exercício de 1996, fizemos uma série de sugestões ainda mais detalhadas naquele mesmo sentido.

Lamentavelmente, o corpo técnico do BASA rejeitou os aspectos essenciais da proposta. Quero destacar 3 aspectos mais importantes:

A) Foi rejeitada a proposta que estabelecia um novo controle social eficiente sobre o crédito através dos Conselhos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento. Eles argumentam a partir de impedimentos legais inscritos na Lei 7.827. Sobre isso já estamos preparando alterações a ser apresentadas nesta casa. Mas a questão é política. É uma tradição inimiga a novos mecanismos de controle e fiscalização por parte da sociedade.

B) Foi rejeitada a proposta que estabelecia novas condições operacionais para concessão do crédito. Atualmente são estabelecidas pelo BASA sem nenhuma análise sócio-econômica da região. Por ser o BASA um banco voltado para o desenvolvimento regional, ele deveria criar condições adaptadas aos micros e pequenos produtores.

C) Foi rejeitada a criação de dois novos programas: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Florestal.

Esses programas são fundamentais em função da especificidade das atividades extrativistas e agro-florestais, especialmente com relação às condições dos produtores.

10. A situação no Acre hoje é muito grave, até mesmo para o segmento empresarial e urbano. Em recente denúncia, um grupo de pequenos empresários lamentou que dos 12 milhões de reais destinados ao Acre no ano passado apenas 3,9 milhões foram liberados. Alegam que o recurso chega na superintendência e ali fica parado. Já o superintendente se defende dizendo que as propostas não atendem às exigências do PROMICRO. Esse é mais um reconhecimento da falta de agilidade e de uma política objetiva de desenvolvimento agro-industrial. Do contrário, o superintendente e o BASA saberiam face a tantos projetos inadequados, segundo dizem, reformular e

adequar essas exigências e não simplesmente segurar e aplicar o dinheiro que deveria estar fomentando o desenvolvimento.

De fato, em todo o ano passado, apenas um projeto foi financiado na área industrial no Estado do Acre.

Deu para o seu governo F-1

encargos financeiros

11 - Outro problema onde sempre **enroscamos**, é nos encargos financeiros: o primeiro programa para agricultura familiar, chamado FNO Especial, cumprindo a lei que regulamenta a aplicação dos fundos, tinha encargos bastante favoráveis. Com a chegada do real, depois de muitas negociações, chegamos a um encargo de 4% de *del credere* mais 60% de rebate na TJLP, o que dá 11,04 ao ano. Muito próximo do máximo permitido em lei que é de 12% (PRONAF, FINANCIAMENTOS À AGRICULTURA FAMILIAR) É inaceitável um encargo deste tamanho para produtos agrícolas. São eles que sustentam a cesta básica no plano real, praticamente a única política desse governo que funciona. Esses produtos tiveram seus preços congelados desde julho de 1994 ou baixaram seus preços.

Como o BASA aplica um recurso público especial de desenvolvimento emprestando o equivalente a 10 sacos de milho e logo após 1 ano, o tomador do empréstimo estará devendo 12 sacos de milho? Quem define o valor dos encargos financeiros é o BASA, que portanto não precisa ficar excorçando ninguém. A desculpa é que o encargo favorecido quebra o Banco, porém um encargo excorçante vai acabar quebrando os produtores. Ai sim o banco não receberá nada de volta, e, portanto, poderá colocar em risco a própria sobrevivência do FNO.

12 - Outra dificuldade é a assistência técnica. O Banco tem uma concepção equivocada segundo a qual os serviços em geral não constituem atividades produtivas. Assim, a assistência técnica não está prevista na estratégia operacional do Banco. Com ela estaria viabilizada a elaboração de bons projetos, bem como o seu acompanhamento, estudos de mercado e tantas outras atividades que garantiriam um melhor aproveitamento econômico do produtor e, portanto, até do financiamento. As ONGs da região poderiam cumprir aqui também um importante papel.